

MOÇAMBIQUE

Moçambique procura investimento e know-how em Portugal



© Alanz Macé - Fotolia.com

Os sectores florestal e energético são os que recebem maior atenção por parte do Governo moçambicano, que está a facilitar as condições actuais para o investimento estrangeiro no país. Vários responsáveis do Governo e das empresas públicas do país estiveram presentes em Portugal e aproveitaram para mostrar que áreas é que serão desenvolvidas a breve trecho e quais as estratégias para esse mesmo desenvolvimento. A descoberta relativamente recente de recursos naturais deverá fomentar o crescimento

Pedro Cristino

A entrada de Moçambique no mapa das empresas portuguesas ligadas ao sector da construção é algo recente e, como tal, algumas empresas poderão estar incertas quanto aos sectores que receberão maior atenção por parte do Governo moçambicano. Presente no 1.º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa, que decorreu em Lisboa, sob a égide da Ordem dos Engenheiros, o Construir ouviu ministros e responsáveis de empresas públicas moçambicanas que abriram o livro do investimento público e das áreas a desenvolver no futuro próximo.

Sector florestal

José Pacheco, ministro da Agricultura de Moçambique levou ao palanque o tema "Florestas em Moçambique" e caracterizou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), onde estão identificados 40 milhões de hectares de cultura florestal, dos quais 7 milhões têm utilização industrial. O Governo dispõe ainda de um plano e acção para o reflorestamento, que se depara com os desafios ligados à delimitação e mapeamento das zonas com aptidão florestal e a valorização da iniciativa privada. O ministro moçambicano começou por introduzir as características do país que se encontra com um crescimento de 8% do PIB e salientou que o sector agrário contribui com 25% para o PIB nacional. Segundo José Pacheco, a implementação do PEDSA "tem um horizonte temporal de 10 anos", e este mesmo plano tem, como pilares, "o aumento da produção e da produtividade, o acesso aos

MOÇAMBIQUE

mercados de informação, o uso sustentável dos recursos naturais, nomeadamente, terra, água, florestas e as parcerias "inteligentes". A constituição moçambicana refere que a terra é propriedade do Estado e, neste sentido, "o acesso à terra é feito através de concessões de até 50 anos, renováveis quando o investimento é realizado". Dos cerca de 40 milhões de hectares de cultura florestal, 27 milhões são referentes a "floresta nativa produtiva". "Prevemos, com o uso deste potencial, criar cerca 300 mil postos de emprego", referiu, explicando que o Governo tem a ambição de aumentar a contribuição do sector florestal para o desenvolvimento social, económico e ambiental, "através das plantações industriais com fins energéticos, plantações comunitárias e concentração ambiental". "Sob o ponto de vista de oportunidades, a localização estratégica de Moçambique faz com que o nosso país seja uma porta de entrada e saída a nível da região Subsariana. Estamos num processo de franco desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico", declarou José Pacheco, referindo-se a "portos, aeroportos, caminhos de ferro, estradas, pontes e equipamentos diversos para sermos competitivos". O quadro legal do país é "favorável ao investimento estrangeiro", realçou ainda o ministro da Agricultura. José Pacheco destacou também os desafios com que o desenvolvimento do seu país

"O acesso à terra é feito através de concessões de até 50 anos, renováveis quando o investimento é realizado"

se depara actualmente e que consistem na conclusão "do processo de zonamento agro-ecológico e, em particular, do potencial agro-florestal, que decorrerá no próximo ano de 2013". A formação técnico-profissional é também um desafio corrente.

Moçambique pretende ligar as redes de transporte de energia

Coube a Augusto Sousa Fernando, presidente da Electricidade de Moçambique (EDM) e bastonário da Ordem dos Engenheiros de Moçambique, a apresentação do Plano de Desenvolvimento na Área da Energia em Moçambique. Este

plano passa pela identificação dos principais operadores no sector eléctrico e, na apresentação, o engenheiro moçambicano assinalou o desenvolvimento da rede eléctrica com grande crescimento de consumidores, bem como as dificuldades geográficas que residem no facto de a energia ser produzida no interior do país e consumida, na sua maior parte, na costa. Augusto Sousa Fernando aproveitou para destacar as reservas importantes de carvão e gás natural e abordou o plano de desenvolvimento de centrais eléctricas de 2012 a 2018, "com diversas soluções tecnológicas". Por outro lado, ressalva-se a criação de uma sociedade nacional de transportes de energia, com a participação da REN. O plano actual prevê a necessidade de financiamento de 5 mil milhões de dólares (3,8 mil

MOÇAMBIQUE



Foto: ekrpa - Fotolia.com

Augusto Sousa Fernando aproveitou para destacar as reservas importantes de carvão e gás natural e abordou o plano de desenvolvimento de centrais eléctricas de 2012 a 2018, “com diversas soluções tecnológicas”

milhões de euros). “Em 2005 tínhamos 55 distritos ligados à rede nacional, actualmente temos 108 distritos ligados à rede nacional”, explicou Augusto Sousa Fernando, afirmando que a estratégia adoptada para desenvolver o sector ambiciona ligar os três corredores de fornecimento e expandir a rede nacional a todas as províncias no país para, numa fase posterior, ligar todos os distritos. “Neste momento, a rede eléctrica tem mais de 1 milhão de clientes”, declarou, revelando que, no ano passado, ficaram ligados à rede mais 160 mil novos consumidores moçambicanos, “a segunda taxa mais elevada da região, a seguir à África do Sul”. “A África do Sul tem uma ponta de cerca de 35 mil megawatts e Moçambique tem uma ponta de 600 megawatts. Os outros países, como a Zâmbia e o Zimbábue têm pontas acima dos 2 mil megawatts, mas têm estado a ligar muito menos [a rede]”, comparou o engenheiro. Como prova da evolução da taxa de acesso à rede eléctrica, o responsável da EDM afirmou que o país começou com 8% em 2005, estando agora com 22%, em 2012. “Em termos de balanço energético, a nossa fonte é fundamentalmente hídrica, temos Cahora Bassa, que garante todo o fornecimento de energia do país”, referiu, declarando que o país dispõe ainda de três centrais hídricas, “mas com uma contribuição relativamente pequena”. O facto de as fontes de energia do país residirem no interior, com linhas “muito longas”, que transportam a energia ao litoral, é um dos constrangimentos do sector em Moçambique. “Temos cerca de 12 mil megawatts por explorar, dos quais 10 mil estão na Zambézia. O Vale do Zambeze tem um potencial de cerca de 5 mil megawatts e estão a ser explorados cerca de 2 mil actualmente”,

explicou Augusto Sousa Fernando.

Os outros sectores

Além da energia e do sector florestal, Moçambique tem em curso um significativo plano de investimentos no sector das águas, que decorre desde 2010, com término em 2015, e que visa atingir uma taxa de cobertura em abastecimento de água de 70% em 2014. Por sua vez, a EDM vai participar no sector dos recursos minerais e na recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas, tendo sido criada uma parceria entre esta empresa e a Ordem dos Engenheiros para a prospeção e pesquisa na indústria mineira. Está ainda estimada a reabilitação de 175 áreas de extracção até 2020. No sector portuário, foi identificada a potencialidade geoestratégica dos portos de Caabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique e é de denotar que os portos moçambicanos atingem taxas de crescimento “constantes” e “possuem um hinterland muito importante, revelando uma ligação estreita entre os portos e a ferrovia”. Neste sentido, a engenharia portuguesa é conceituada e tida como “capaz e competente para realizar projectos muito interessantes”, sendo a obra portuária “testemunha dessa capacidade”. Por outro lado, e como o Construir já cobriu, Moçambique tem carências na formação de engenheiros e é reconhecida a necessidade de formação de engenheiros ferroviários e portuários no país. É também reconhecida a necessidade de formação superior em engenharia, sendo, para tal, precisa a criação de formas de mobilidade de professores portugueses e brasileiros, no sentido de ajudar a formação de quadros moçambicanos. ■